



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



Protocolo do

Centro de Competências do Pinheiro Bravo

Considerando que:

- A Fileira do Pinho tem uma enorme importância económica, social e ambiental para Portugal, representando 80% dos empregos e 90% das empresas industriais do sector florestal (INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas, CAE REV. 3, 2013);
- A valorização do pinheiro bravo está associada à produção lenhosa e a outros produtos e subprodutos que dele se podem obter. Paralelamente a sua gestão multifuncional garante outros bens e serviços como o recreio, a paisagem, a biodiversidade, a proteção dos solos e do regime hídrico e a qualidade das massas de água interiores;
- A evolução da procura e da oferta de madeira têm tido tendências opostas nas últimas décadas, com um aumento crescente do défice de madeira e da necessidade da sua importação, com repercussões negativas para a competitividade da Fileira do Pinho e do País;
- Apesar da elevada diversidade e complexidade da Fileira do Pinho, os agentes económicos que a constituem identificam como principal desafio e denominador comum a necessidade de inversão da tendência de declínio da floresta de pinheiro bravo como principal estratégia para garantir a sustentabilidade desta Fileira;
- Existe um valioso conjunto de competências e conhecimentos da natureza técnica e científica cujo potencial é fundamental valorizar reforçando a cooperação e articulação entre os agentes envolvidos;
- O desafio de inversão da tendência de declínio da floresta de pinheiro bravo exige a afectação das competências, do conhecimento e dos recursos existentes em objectivos específicos.

Considerando ainda que a cooperação dos agentes económicos envolvidos na Fileira do Pinho com os agentes das entidades do sistema científico e nacional e a administração pública pode ser fortemente potenciada através da criação de um Centro de Competências que os



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA



INSTITUTO
SUPERIOR DE
AGRONOMIA



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE BRAGANÇA



POLITÉCNICO DE COIMBRA
ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA



SERQ
CENTRO DE INOVAÇÃO E
COMPETÊNCIAS DA FLORESTA



AIFF
ASSOCIAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE
DO INDÚSTRIA DA FLORESTA



AIMMP
ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MADEIRA
E MOBILIÁRIO DE PORTUGAL



ANEFA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS
FLORESTAIS, AGRÍCOLAS E DO AMBIENTE



ANPED
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PELETS ENERGÉTICOS DE BIOMASSA



FORUM FLORESTAL
— FÓRUM DE DEBATE DA FLORESTA PORTUGUESA —



Floresta
Atlântica



APEB
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES
DE ENERGIA E BIOMASSA



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BALDIOS



centro
PINUS
associação para a valorização da floresta do pinho



FENAFLORESTA



RESIPINUS
Associação de Investidores e Exploradores de Floresta



UNAC
União da Floresta Mediterrânica



FENAFLORESTA



forestis



Companhia das Lezírias



ICNF
Instituto da Conservação
da Natureza e das Florestas



ICNF



Inioav

congregue, é redigido o presente Protocolo para a criação do Centro de Competências do Pinheiro Bravo, adiante designado CCPB, em que a vontade dos subscritores se expressa nos termos seguintes.

SECÇÃO I - NATUREZA E MISSÃO

Artigo 1.º - Natureza

1. O CCPB é um espaço de partilha e articulação de conhecimentos, capacidades, competências e recursos, que congrega agentes económicos da Fileira do Pinho, entidades do sistema científico nacional e a administração pública.
2. As reuniões do CCPB processam-se em local e nos termos a definir pelo Conselho Geral.
3. Até à decisão do Conselho geral a que se refere o número anterior as reuniões do CCPB têm lugar de forma rotativa, e por ordem alfabética, junto da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, da Câmara Municipal de Vouzela, da Escola Superior Agrária de Coimbra e do SerQ – Centro de Inovação e Competências da Floresta.

Artigo 2.º - Missão

O CCPB tem como missão promover o desenvolvimento e a sustentabilidade da Fileira do Pinho em Portugal pela via do reforço da investigação, da promoção da inovação, das boas práticas silvícolas e da transferência e divulgação do conhecimento.

Artigo 3.º - Objetivos

O CCPB tem como objetivos:

- a) Ser o fórum de congregação e partilha do conhecimento, recursos e competências existentes nas várias entidades de forma a encontrar e implementar soluções para os principais desafios e constrangimentos à sustentabilidade da Fileira do Pinho;



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA



INSTITUTO
SUPERIOR DE
AGRONOMIA



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE BRAGANÇA



POLITÉCNICO DE COIMBRA
ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA



serq
centro de inovação e
competências da floresta

aiff
associação para a sustentabilidade
do indústrio da floresta



aimmp
Associação das Indústrias de Madeira
e Móveis de Portugal



anefa
Associação Nacional de Empresas
Florestais, Agrícolas e do Ambiente



ANPEB
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PELETS ENERGÉTICOS DE BIOMASSA



FORUM FLORESTAL
— FORUM FLORESTAL DA EUROPEIA PORTUGUESA —



embar



Floresta
Atlântica



apeb
Associação dos Produtores
de Energia e Biomassa



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BALDIOS



centro
pinus
associação para a valorização da floresta do pinho



fnapf
FEDERAÇÃO NACIONAL
DE PRODUTORES DE MADEIRA



RESIPINUS
Associação de Investidores e Exploradores de Floresta



unac
União da Floresta Mediterrânica



FENAFLORESTA



forestis



Companhia das Lezírias



ICNF
Instituto da Conservação
da Natureza e das Florestas



Inioav

- b) Estruturar e dinamizar uma agenda de investigação ajustada às necessidades dos agentes económicos da fileira e orientada para a eficiência e sustentabilidade do pinhal bravo;
- c) Constituir-se como um veículo de demonstração e adopção das melhores práticas disponíveis ao serviço dos agentes económicos da Fileira do Pinho;
- d) Contribuir para a definição de políticas públicas e respetivos instrumentos financeiros que possam concorrer para a missão do CCPB, nomeadamente aqueles que dependem da gestão do Ministério da Agricultura e Mar assim como os geridos por outros ministérios e organismos públicos;
- e) Incentivar o investimento, a gestão activa do pinhal e as boas práticas, promovendo a minimização de custos e a eficiência operacional visando o aumento da (re)arborização, a condução da regeneração natural e a criação de condições para a certificação;
- f) Promover o aumento da produtividade do pinhal estimulando o uso de material florestal de reprodução melhorado, a adequação dos modelos de silvicultura ao contexto de mercado e a diminuição da mortalidade e perdas produtivas associadas à acção dos agentes bióticos e abióticos.

SECÇÃO II - MEMBROS

Artigo 4.º - Membros do CCPB

1. São membros do CCPB as organizações que nesta data subscrevem o protocolo de constituição do CCPB e as que venham futuramente a integrá-lo, assinando para o efeito uma adenda ao presente protocolo.
2. Os membros do CCPB integram-se num dos seguintes grupos: agente económico da fileira; entidade do sistema científico nacional; organismo da administração pública.

Artigo 5.º - Admissão, alterações e exclusão

1. A admissão à categoria de membro é feita mediante:



a) Candidatura da entidade interessada, na qual expressa os motivos da sua adesão e identifica o grupo de membro em que se insere, apresentada à Equipa de Coordenação e validada por esta;

b) Convite pela Equipa de Coordenação.

2. A qualidade de membro perde-se por:

a) Solicitação do interessado, dirigida à Equipa de Coordenação do CCPB;

b) Deliberação por maioria dos membros do Conselho Geral por proposta da Equipa de Coordenação.

Artigo 6.º - Deveres dos membros

Os membros do CCPB têm o especial dever de contribuir de forma determinada e visível para os seus objetivos, nomeadamente:

a) Propor iniciativas a desenvolver pelo CCPB;

b) Disponibilizar a informação científica e técnica publicada e/ou produzida relevante para os objetivos do CCPB, com exceção da obtida exclusivamente com capitais próprios e que o membro considere estratégica para a sua actividade.

c) Proporcionar ajuda eficaz e permanente, colaborando com as iniciativas e solicitações do CCPB;

d) Participar em todas as reuniões dos órgãos do CCPB, para as quais forem convocados;

e) Cooperar com o CCPB na partilha de informação sobre oportunidades de financiamento para as ações de I&DT relevantes para os seus objetivos.



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



Artigo 7.º - Direitos dos membros

Os membros do CCPB têm o direito de receber informação e participar nas atividades promovidas pelo CCPB.

SECÇÃO III – Atividade

Artigo 8.º - Atividade

As atividades principais do CCPB centram-se nos seguintes eixos:

- Elaborar, acompanhar, avaliar e posteriormente actualizar a agenda portuguesa de investigação da Fileira do Pinho, incluindo uma priorização de temas estratégicos;
- Dinamizar o uso e a construção de um Centro de Documentação Digital;
- Promover de forma concertada a operacionalização das prioridades identificadas na agenda nacional de investigação da Fileira do Pinho, identificando as oportunidades de financiamento e estimulando os agentes com as competências necessárias a apresentar candidaturas isoladamente ou em parceria;
- Dinamizar a implementação de projectos de demonstração e de ações de transferência de conhecimento e tecnologia da investigação para os agentes económicos que promovam a missão e objetivos do CCPB;
- Todas as outras que se vierem a revelar importantes para a concretização dos objetivos.

SECÇÃO IV – ÓRGÃOS DE GESTÃO

Artigo 9.º - Órgãos de Gestão

O CCPB é constituído pelos seguintes órgãos:

- Equipa de Coordenação;
- Conselho Geral.



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA



INSTITUTO
SUPERIOR DE
AGRONOMIA



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE BRAGANÇA



POLITÉCNICO DE COIMBRA
ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA



serq
centro de inovação e
competências da floresta



aiff
associação para a competitividade
do indústrio da floresta



aimmp
Associação das Indústrias de Madeira
e Móveis de Portugal



anefa
Associação Nacional de Empresas
Florestais, Agrícolas e do Ambiente



ANPEB
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PELETS ENERGÉTICOS DE BIOMASSA



FORUM FLORESTAL
...a plataforma de diálogo na floresta portuguesa...



embar



Floresta
Atlântica



apeb
Associação dos Produtores
de Energia e Biomassa



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BALDIOS



centro
PINUS
associação para a valorização da floresta do pinho



fnapf
FEDERAÇÃO NACIONAL DE
PRODUTORES DE MADEIRA



RESIPINUS
Associação de Investidores e Exploradores de Floresta



unac
União da Floresta Mediterrânica



FENAFLORESTA



forestis



Companhia das Lezírias



ICNF
Instituto da Conservação
da Natureza e das Florestas



Inioav

Artigo 10.º - Equipa de Coordenação

1. A Equipa de Coordenação é composta por três a seis membros do CCPB.
2. Cada grupo de entidades representadas (agentes económicos da fileira, entidades do sistema científico nacional e administração pública) nomeia um ou dois representantes em reunião do Conselho Geral, para mandatos de três anos. Por decisão da maioria dos membros de cada grupo o(s) seus(s) representante(s) pode(m) ser substituído(s) antes do término do mandato.
3. Compete à Equipa de Coordenação:
 - a) Coordenar, administrar e gerir os recursos humanos, materiais e financeiros afetos às atividades promovidas pelo CCPB nos termos em que os membros os afetarem a essas atividades;
 - b) Propor ao Conselho Geral os Planos Anuais ou Plurianuais de Atividades a cumprir pelo CCPB;
 - c) Elaborar e submeter ao Conselho Geral os Relatórios Anuais de actividades, que definem as atividades concretas promovidas no âmbito do CCPB;
 - d) Representar o CCPB ou delegar a sua representação;
 - e) Convocar e preparar as reuniões do CCPB.
4. Os procedimentos de funcionamento da Equipa de Coordenação serão definidos na sua primeira reunião e comunicados posteriormente aos membros do CCPB.

Artigo 11.º - Conselho Geral

1. O Conselho Geral é formado por todos os membros do CCPB, sendo presidido pelo membro do governo responsável pelo sector das florestas.
2. O Conselho Geral reunirá ordinariamente duas vezes por ano, e extraordinariamente, por iniciativa da Equipa de Coordenação ou da maioria dos seus membros.



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA



INSTITUTO
SUPERIOR DE
AGRONOMIA



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE BRAGANÇA



ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA



ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MADEIRA
E MOBILIÁRIO DE PORTUGAL



Associação Nacional de Empresas
Florestais, Agrícolas e do Ambiente



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PELETS ENERGÉTICOS DE BIOMASSA



FORUM FLORESTAL



Associação dos Produtores
de Energia e Biomassa



associação para a valorização da floresta do pinho



FEDERAÇÃO NACIONAL DE PRODUTORES
DE FLORESTAS



Associação de Investidores e Exploradores de Floresta



União da Floresta Mediterrânica



FEDERAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS
DE FLORESTAS



forestis



Companhia das Lezírias



Instituto da Conservação
da Natureza e das Florestas



Instituto da Conservação
da Natureza e das Florestas



Instituto da Conservação
da Natureza e das Florestas



Instituto da Conservação
da Natureza e das Florestas



Instituto da Conservação
da Natureza e das Florestas



Instituto da Conservação
da Natureza e das Florestas

3. Compete ao Conselho Geral do CCPB:

- a) Analisar e aprovar as propostas da Equipa de Coordenação;
- b) Aprovar os planos anuais ou plurianuais de atividades;
- c) Aprovar os relatórios anuais de execução de actividades.

SECÇÃO V – RECURSOS E GESTÃO

Artigo 12.º - Recursos

Os recursos humanos e materiais serão afetos ao CCPB pelos membros em apoio ao seu funcionamento (em género, com recursos financeiros próprios ou por afetação de recursos através de projetos), sendo a afetação formalizada através de memorandos de entendimento e/ou protocolos de cooperação entre as várias entidades.

SECÇÃO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 13.º- Resolução dos casos omissos ou interpretação dos casos duvidosos

Os casos omissos ou os de interpretação duvidosa serão resolvidos pela Equipa de Coordenação e submetidos por esta à apreciação do Conselho Geral para posterior ratificação.

Assinado em Lisboa, no dia 27 de fevereiro de 2014, em 31 exemplares

Assunção Cristas

Ministra da Agricultura e do Mar

João Paulo Catarino

Câmara Municipal de Proença-a-Nova

José Farinha Nunes

Câmara Municipal da Sertão



Rui Ladeira

Câmara Municipal de Vouzela

Joaquim Sande Silva

Escola Superior Agrária de Coimbra

Amílcar Teixeira

Instituto Politécnico de Bragança

Pedro Ochoa

Instituto Superior de Agronomia

Maria da Glória Garcia

Universidade Católica Portuguesa

João Gabriel Silva

Universidade de Coimbra

José Godinho Calado

Universidade de Évora

Alberto Baptista

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Isolete Matos

AIFF

João Ferreira do Amaral

AIFF



Vitor Poças

AIMMP

Pedro Serra Ramos

ANEFA

João Ferreira

ANPEB

Carlos Amaral Alegria

APEB

Armando Silva Carvalho

BALADI

Isolete Matos

Centro Pinus

Marques Pinho

Centro Pinus

Paulo Verdasca

EMBAR

Luis Calaim

FENAFLORESTA

José Vasco Campos

FNAPF



Francisco Carvalho Guerra

FORESTIS

António Louro

Fórum Florestal

Hélder Bicho

Floresta Atlântica

Joaquim Sampaio

Floresta Atlântica

Hilário Costa

RESIPINUS

José Saporiti Machado

SerQ

Paulo Farinha Luis

SerQ

Pedro Silveira

UNAC

António Saraiva

Companhia das Lezírias

Nuno Canada

INIAV



Paula Sarmento

ICNF

Célia Miguel

IBET